

JAMES ISRAEL DE OLIVEIRA

**A LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ATRAVÉS DA SISTEMATIZAÇÃO E
DA SOCIALIZAÇÃO DE SEUS CONTEÚDOS**

**Trabalho apresentado como requisito
parcial do Programa de Desenvolvimento
Educativo (PDE) – Produção Didático
Pedagógico - IES: UFPR**

**Orientador: Prof. Doutor Sergio Luiz
Carlos dos Santos**

DEZEMBRO, 2008

RESUMO

Pela experiência de ter vivenciado por mais de 20 anos o cotidiano da Educação Física da educação básica, pude constatar que, apesar de já estar legalmente inserida na escola, através da Lei de Diretrizes e Bases, a mesma ainda não conquistou a sua legitimidade como componente curricular. Ainda são muitas as dúvidas, questões e controvérsias que rondam a área, dificultando a sua legitimação e comprometendo o seu prestígio como componente curricular no interior da escola. Diante disso, esta unidade temática objetiva levantar algumas questões relativas ao assunto e contribuir para a sua legitimação, através de uma proposta de reorganização sistematizada, adequada e motivada de seus conteúdos e da criação de um espaço/evento onde os alunos possam socializar as suas habilidades trabalhadas e desenvolvidas nas aulas de educação física.

APRESENTAÇÃO

Preocupado com a falta de prestígio que a Educação Física vem sofrendo no interior da escola e com a dificuldade que a mesma vem encontrando para justificar a sua relevância como componente curricular obrigatório da base nacional comum da educação básica nacional, procuro, através deste ensaio, levantar alguns pontos para a reflexão dessa problemática e propor alguns encaminhamentos para se buscar uma maior legitimidade da Educação Física como componente curricular.

Nesse sentido, pretendo aproveitar esta oportunidade, proporcionada pelo PDE¹, para contribuir, não como acadêmico estudioso da área, mas sim, como professor que trabalha na escola pública e, portanto, mui conhecedor de sua realidade, para contextualizar no processo ensino aprendizagem, uma Educação Física que venha a ser mais relevante e mais significativa para a formação do aluno.

Com o objetivo de clarear a visão sobre a realidade do cotidiano escolar e de se refletir sobre a problemática educacional do ensino da Educação Física pautada na visão daqueles professores que vivenciam diretamente o seu cotidiano, apresento um diálogo do Professor P.H. De Fill com um Professor de Educação Física. Esse diálogo foi publicado na obra de Elenor Kunz, Didática da Educação Física, e mostra a frágil e distorcida visão que o professor de Educação Física tem sobre a função da disciplina na formação dos alunos.

Na seqüência, faço um convite à reflexão sobre alguns pontos pertinentes à problemática da legitimação da Educação Física e concluo sugerindo encaminhamentos para a implementação de uma proposta de reorganização e de sistematização curricular para as turmas de 5^a a 8^a Séries do Colégio Estadual São Cristóvão, da cidade de União da Vitória, Pr.

1 - Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná

UM DIÁLOGO DO PROFESSOR P. H. DE FILL COM UM PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

De Fill: Isso que vocês fazem na Educação Física tem sentido para a formação de sujeitos mais pensantes e sensíveis à realidade em que vivem, ou não?

Professor: Bem, nós ensinamos ginástica, esportes e jogos de uma forma que os alunos saibam praticar corretamente essas atividades e, assim, gostar daquilo que fazem.

De Fill: Mas isso não implica conhecer melhor os alunos? De onde vem a idéia de “correto” e do “gostar de fazer”? Tenho a impressão que o professor de Educação Física não conhece o suficiente algumas teorias que fundamentam o que realiza ou manda realizar.

Professor: Não é bem assim. Veja só: para ser professor de Educação Física você tem de conhecer anatomia, fisiologia, psicologia, etc., além de conhecer bem os fundamentos e as regras das diferentes modalidades esportivas. São essas “teorias” que orientam nossa prática. Assim sendo, não podemos dizer que é uma prática cega.

De Fill: São áreas do conhecimento que esclarecem e explicam algo sobre o homem, a criança, com que vocês trabalham. Mas, se explicam e esclarecem algo, pode inclusive ser algo muito importante, porém não é tudo. Talvez não seja nem o mais importante. Como posso saber o que é importante? Como posso derivar desse conhecimento sobre algo do homem, ações e intervenções ou modos de orientar suas ações no mundo?

Professor: É. Assim falando, parece muito complicado mesmo. Mas nossos conhecimentos vão só até aí e, dependendo dos objetivos, têm dado resultados. Quero dizer, professores que trabalham “direitinho” conseguem que seus alunos aprendam corretamente uma ou mais modalidades esportivas, conseguem levar alguns alunos a obterem êxito em competições esportivas e assim por diante.

De Fill: Mas, se alguém que tenha poder político suficiente para “mexer” com a Educação Física na escola viesse a propor a sua extinção, para que o seu espaço pudesse ser utilizado por outras disciplinas mais “importantes” na formação do aluno, como Física, Química, Biologia e Computação, considerando que a Educação Física pode ser desenvolvida – na perspectiva de desenvolver o gosto pelas atividades esportivas – fora do âmbito escolar, como em praças, clubes, ruas de lazer etc., como um professor de Educação Física justificaria a sua permanência?

Professor: Bem, não é tão fácil, uma vez que tudo o que se fez em termos práticos na Educação Física Escolar, até hoje, não justificaria o espaço/horário no currículo da escola. Tanto é que a Educação Física em muitas escolas se desenvolve em horários completamente diferentes das demais disciplinas escolares. Na prática, nela se realizam atividades que poderiam ser bem desenvolvidas em praças, clubes ou ruas de lazer. Mas acontece que, pela vida que levam hoje em dia, nossas crianças não desenvolvem o gosto pela prática de esportes e jogos voluntariamente e, por isso, não sentem a importância que isso tem em suas vidas. Portanto, a escola é o único lugar em que ela é, de certo modo, obrigada a participar de atividades de esportes, movimentos e jogos e, assim, perceber a sua importância para a vida.

De Fill: Mas se a escola vier a oferecer àquele aluno que comprovadamente, participa de atividades física, sejam elas esportivas ou não- esportivas, fora do horário escolar, algum tipo de compensação para outras tarefas escolares? E se a mesma ordem política que retirar a Educação Física da

escola se comprometer em conseguir as condições ideais para as diferentes práticas esportivas nos contextos urbanos fora do âmbito escolar?

Professor: Aí fica realmente difícil. Mas creio que não se pode ser tão pessimista assim, até porque, salvo melhor juízo, nas escolas de todo mundo existe a disciplina de Educação Física ou Esportes.

De Fill: Mas a reflexão que eu gostaria que o nobre professor fizesse é sobre a problemática educacional do ensino da Educação Física. Ensina-se Educação Física nas escolas para auxiliar na formação educacional e integral do aluno, ou vejo mal isso? Então, onde a Educação Física, de forma consciente, contribui na formação educacional do aluno (entendo que haja clareza de definição quanto à concepção de educação que está em jogo, a partir da escola, do professor e do aluno, e não de forma como a maioria das vezes acontece, em que a política educacional oficial esta mais interessada em encobrir a verdadeira concepção educacional do que esclarecê-la)? Por exemplo, não há proposta educacional em que um ou outro dos seguintes propósitos não estejam presentes: cidadania, emancipação, autonomia, superação, auto-educação, participação, cooperação, inclusão. No entanto, como desenvolver isso na Educação Física de modo a que todos tenham os mesmos direitos, as mesmas oportunidades, as mesmas condições, etc.?

Professor: Bem, eu sei que para isso a Educação Física tem muito o que aprender, ainda. Eu sei que já existem por aí algumas propostas que pensam a Educação Física nesse sentido, mas acho que ainda vai demorar um pouco até chegar ao cotidiano do professor nas escolas. Acredito, inclusive, que existe a necessidade de um maior intercâmbio entre o saber produzido nas universidades e o saber que se utiliza, que se desenvolve, de certo modo, também, nas escolas, através dos professores no seu cotidiano escolar.

De Fill: Mas isso não preocupa o professor? Como ele pensa refazer a sua prática cotidiana na escola sem ir na busca de novos conhecimentos?

Professor: É. Parece que o professor prefere culpar a sua má formação acadêmica, os baixos salários, as péssimas condições das escolas e não vê que uma coisa pode ter relação com a outra. O que quero dizer é que pode haver um certo interesse político na má qualidade técnico-profissional do professor, o qual, assim, perderia, também, o direito de exigir melhores condições de trabalho e, principalmente, melhores salários. Acho que para o professor sair desse conformismo precisa de um certo auxílio. Talvez alguns projetos integrados, como já mencionei antes, de universidades com as Secretarias de educação do Estado ou do Município, seja uma boa idéia.

De Fill: Entendo que todo processo educacional deve conduzir a produzir no aluno a capacidade para a auto-educação. Devo entender que isso deve conduzir também ao surgimento, no aluno, de uma necessidade de aprender. Uma necessidade de aprender no aluno só pode nascer se ele, nas tarefas escolares, se envolver com sentimentos de prazer e satisfação. Ver, experimentar, entender e transformar diferentes e múltiplas relações em tarefas e problemas apresentados e conjuntamente planejados na escola conduzem sempre ao novo e não às repetições mecânicas, e isso só pode provocar um grande prazer e uma satisfação intelectual no aluno. A escola tem de se libertar das falsas doutrinas de massa, do tipo “qualidade total”, que prometem enormes capacidades de êxito a todos. Esses meios são completamente equivocados para a emancipação e autonomia individual do aluno e tampouco servem ao professor. O professor deve saber acima de tudo, libertar-se de uma série de coisas e entender o que é ser verdadeiramente professor.

A PROBLEMÁTICA DA LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Apesar de já termos, através da legislação, consolidado a inserção da Educação Física dentro da escola, bem como garantido a sua legalidade como elemento curricular obrigatório da base nacional comum da educação básica nacional, ainda não conseguimos lhe conferir atributos que pudessem legitimá-la como uma disciplina relevante e significativa para a formação do cidadão.

Ao analisarmos a problemática da legitimidade da Educação Física, constatamos haver uma dicotomia com relação à sua função no interior da escola. Se por um lado, tem-se claro que a prática regular de atividades físicas, adequadamente dirigidas e orientadas, como as proporcionadas pelas aulas de Educação Física Escolar, contribui significativamente para uma melhor qualidade de vida do cidadão, por outro lado, não se consegue identificar, pelo menos não com fundamentada justificativa, qual seria a importância e/ou utilidade dessa mesma Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório para a formação do aluno.

Quando mergulhamos no propósito de buscar uma maior legitimidade para a Educação Física escolar nos deparamos com algumas questões importantes, questões que se apresentam como elementos desafiadores, pois com certeza, é somente buscando respostas plausíveis para tais questões que estaremos caminhando ao encontro de uma identidade para a Educação Física como componente curricular.

Nesse sentido, devemos procurar responder com fundamentada argumentação, algumas questões que objetivam justificar a existência da Educação Física na grade curricular, como por exemplo, como poderemos justificar para o sistema de ensino, a importância e a real necessidade de se estudar de 12 a 14 anos Educação Física na escola, perfazendo entre 1000 e 1500 aulas? E em todas essas aulas, o que o aluno deverá aprender em cada

ciclo de sua escolaridade? Quais são os conhecimentos importantes que devem ser ensinados nas aulas de Educação Física? Quem seleciona estes conhecimentos? Por que os professores enfatizam conhecimentos diferentes numa mesma região ou até numa mesma escola?

Essas questões fazem parte de um paradigma que já há muito tempo vem tirando o sono de vários estudiosos da área, pois se realmente desejamos legitimar a Educação Física como componente curricular relevante para a formação do cidadão, temos que, primeiramente, justificar com argumentos plausíveis a sua permanência na grade curricular.

Desde a minha formação, em 1985, venho atuando como professor de Educação Física dos vários níveis de escolaridade da educação básica, sempre em escolas públicas e experimentando as diversas realidades que caracterizam de forma particular o cotidiano de cada escola por onde passei. Sempre estive às voltas com um emaranhado de propostas pedagógicas inovadoras, que na tentativa de instrumentalizar a Educação Física Escolar, acabavam por confundir ainda mais o seu cotidiano. Pois bem, já se passaram mais de duas décadas nessa minha caminhada e eu ainda continuo tentando adaptar-me a essas propostas de mudanças, que as sempre “novas” propostas pedagógicas vêm oferecendo à Educação Física. São muitos estudiosos, acadêmicos, mestres e doutores que vêm, nesses últimos vinte anos, usando a Educação Física como “alvo” para uma verdadeira rajada de artigos, teses, monografias, dissertações, palestras e seminários, numa verdadeira concorrência de argumentos, a fim de dar à Educação Física uma legitimidade e uma sustentação pedagógica dentro do processo ensino aprendizagem.

É com base em toda essa minha vivência dentro da escola, que posso afirmar, que apesar de toda essa mobilização em prol de um direcionamento pedagógico para a Educação Física Escolar, na busca de sua afirmação dentro do contexto curricular, não se percebe grandes mudanças. A realidade dentro das escolas, na prática diária da Educação Física, ainda está muito distante das teorias pedagógicas elaboradas e propostas pelos diversos estudiosos da área.

As teorias progressistas são elaboradas e justificadas politicamente, mas não são implementadas na práxis educativa, dessa forma, não promovem as mudanças reais, necessárias e tão esperadas pela disciplina de Educação Física. Fica claro com isso, a existência de um “abismo” entre o discurso teórico das pedagogias e a prática do professor no cotidiano de suas aulas. “Somos bons nos discursos mas não avançamos, pelo menos, não o desejável e necessário, para além dos limites do discurso” (CAPARROZ, 2001, p. 40).

Esse “abismo” a que se refere CAPARROZ (2001) pode ser consequência da própria falta de legitimidade da Disciplina como componente curricular. A pouca importância que tem a Educação Física no processo ensino aprendizagem desencadeia uma grave crise de desprestígio da mesma perante as demais disciplinas da grade curricular, contribuindo significativamente para esse distanciamento entre o discurso das propostas pedagógicas e a prática no cotidiano de suas aulas.

Quando comparamos com as demais disciplinas da grade, constatamos ser a Educação Física, a disciplina que menos tem influência na formação do aluno. Em tese, a Educação Física não reprova, seus conteúdos não são pré requisitos para as séries ou ciclos seguintes e não caem nos concursos (vestibulares e outros) e, até por conta disso, a Equipe Pedagógica também não está nenhum pouco preocupada se os conteúdos contidos no plano de trabalho do professor foram todos desenvolvidos ou não. A única preocupação da Direção da Escola e da Equipe Pedagógica é se o Professor veio, se não está promovendo muita algazarra com seus alunos, pois se isso ocorrer pode atrapalhar as aulas das outras Disciplinas, e, se caso um outro professor faltar, ele pode assumir e cuidar da Turma que está sem aula. Em alguns casos, que infelizmente não são tão raros, o grau de irrelevância da disciplina chega a tanto, que durante o conselho de classe o professor de Educação Física é dispensado e convidado a desenvolver atividades esportivas ou recreativas com os alunos, assim, essas atividades podem justificar o dia letivo previsto no calendário escolar.

Submetidos a essa situação de desconforto, os professores mergulham, a

meu ver, num círculo vicioso de comodismo e de falta de comprometimento. Professor de uma disciplina sem importância torna-se, por consequência, professor sem importância. Ao não ter importância dentro da escola, passa a não ter responsabilidade sobre o processo de ensino aprendizagem. Como consequência dessa falta de responsabilidade para com o processo, vem o seu desinteresse em aderir às novas propostas pedagógicas e melhorar as suas aulas. Afinal de contas, para que se desgastar em função de uma Disciplina que tem pouco prestígio dentro do contexto escolar e que não tem nenhuma relevância na formação do aluno?

Dessa forma, acredito que o professor somente irá se comprometer com as mudanças pedagógicas necessárias para a Educação Física, quando perceber que a mesma tem um significado reconhecidamente mais relevante na formação do aluno.

O INTERESSE PELO COMODISMO DE UMA EDUCAÇÃO FÍSICA SEM RELEVÂNCIA

Mesmo entre os professores de Educação Física, não é unânime o interesse pela maior legitimidade da mesma. O seu cotidiano revela um quadro de opiniões bastante divergentes a esse respeito. Mesmo entre os professores que atuam diretamente com a Educação Física escolar, há aqueles que preferem viver no comodismo, sem muita ou nenhuma responsabilidade com relação ao

processo de ensino-aprendizagem. Para esses, quanto menor for o compromisso da Disciplina com a formação do aluno, melhor, pois assim, cada um pode fazer o que quiser em suas aulas, sem nenhum comprometimento com o Projeto Político Pedagógico da Escola, pois o seu plano de trabalho não necessita estar amarrado ou contextualizado com o coletivo. Nesse sentido, os professores que defendem essa linha de pensamento para fundamentar as suas aulas, estão contribuindo significativamente para que a Educação Física mergulhe num mar de desprestígio no interior da Escola, sendo reduzida a um componente curricular sem nenhuma importância ou significado para a formação do aluno.

Essa tendência de comodismo que se caracteriza pelo desinteresse de alguns professores pela busca da legitimidade da Educação Física, através da não implementação de novas propostas pedagógicas ou de metodologias inovadoras, que possam dar um maior significado às suas aulas, contribuindo, assim, de uma forma mais relevante para a formação do aluno, vem crescendo a cada dia no cotidiano escolar. Na verdade, esse comodismo que hoje se instaura como um entrave para a legitimação da Educação Física, nada mais é do que um fruto desencadeado de sua própria falta de legitimidade. A partir do momento que a Educação Física, em comparação com as demais disciplinas, não consegue ter um mesmo grau de importância no contexto escolar, ela passa a perder um espaço significativo nesse contexto. Como consequência disso, desencadeia-se uma série de fatores que acabam por influenciar negativamente o seu cotidiano, atuando nocivamente para o seu próprio fortalecimento como componente curricular.

Esse processo de desprestígio da Disciplina pode ser claramente observado no interior da Escola quando ocorre a falta de um ou mais professores. Nesse caso, outras Turmas são conduzidas à quadra para se juntar a uma mesma aula de Educação Física, pois já que não tem o que ensinar o professor de Educação Física pode cuidar dessas Turmas. Evidentemente que um ou outro professor pode dizer que com ele isso não acontece. Mesmo se tratando de casos isolados e descontextualizados do quadro geral de desprestígio que caracteriza a área, concordo que esses casos existem. Tratam-se de raras exceções, onde

alguns professores resolvem enfrentar o sistema e, até mesmo num exacerbado individualismo, conseguem convencer sua comunidade escolar sobre a importância e a relevância das aulas de Educação Física na grade curricular de seus alunos. Na verdade, esses casos isolados de heroísmo, se configuram como atitudes egoístas, pois atendem somente a interesses individuais, ou no máximo, a pequenos grupos, na tentativa de resolver o problema com fórmulas milagrosas, porém, quase sempre, descontextualizadas do processo educacional.

OLIVEIRA (1997) comenta que os estudiosos têm criado diversos encaminhamentos metodológicos e novas propostas pedagógicas para a Educação Física. Porém, alguns fatores impedem que essas novas tendências educacionais e abordagens de conteúdos sejam colocadas em prática dentro da escola:

(...) falta de preparo que têm os professores para o enfrentamento de novas estratégias metodológicas, a falta de interesse em vivenciar novas abordagens metodológicas, comodismo, a condição de refratário do conhecimento que os docentes assumem no ensino, o medo da instabilidade frente a novos conteúdos e estratégias metodológicas, pois seria um risco assumir a dúvida frente ao aluno, quando o entendimento tradicional o professor tem de saber e o aluno apenas aprender (OLIVEIRA, 1997, p. 22).

Mesmo diante de todo esse quadro convidativo ao comodismo, a culpa pelo imobilismo da Educação Física escolar não pode ser atribuída somente aos professores. O que se verifica é um conjunto de fatores que regem todo o cotidiano escolar e condicionam a sua prática, no qual estão inseridos, os professores, os alunos, as hierarquias presentes na estrutura escolar, a tradição que a área seguiu ao longo do tempo, etc.

O mais grave disso tudo, é que a cegueira do comodismo faz com que esses professores não percebam que esse problema pode trazer graves conseqüências para a Educação Física. A falta de legitimação e o conseqüente desprestígio que hoje caracteriza a Educação Física Escolar, pode culminar com a diminuição de suas aulas na grade curricular e até mesmo, em casos mais graves, com sua exclusão de algumas séries ou ciclos, dando lugar a uma outra Disciplina de maior prestígio e relevância.

A NECESSIDADE DE SE DEFINIR E SISTEMATIZAR UM SABER LEGÍTIMO E PECULIAR PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A partir do momento que entendemos a Educação Física como um componente curricular que compõe a Base Nacional Comum da educação básica nacional, não podemos mais admitir que a mesma seja tratada como uma ilha no interior da escola. Assim como as demais Disciplinas que compõem a grade curricular, a Educação Física também deve estar atrelada ao Projeto Político Pedagógico e ter o mesmo grau de responsabilidade na formação do aluno. Essa responsabilidade passa pela necessidade de se oferecer um saber escolar legítimo e peculiar de seu campo específico. Esse saber, que deve se derivar do objeto de estudo da Educação Física escolar, deve ser relevante e significativo para a formação do aluno e ter seus conteúdos devidamente sistematizados de forma a contemplar toda a caminhada escolar desse aluno, com atividades adequadas aos seus vários níveis de escolaridade.

O Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, ao aprovar o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná, faz referência à Educação Física citando que a mesma deve sair “(...) de sua condição passiva de coadjuvante do processo educacional, para ser parte integrante deste, buscando colocá-la em seu verdadeiro espaço: ode área de conhecimento” (PARANÁ, 1990, p.8).

Diferentemente da Educação Física, as demais Disciplinas que compõem a grade curricular têm seus conteúdos devidamente sistematizados que indicam claramente o que ensinar aos alunos ao longo dos anos escolares. Isso agrega a essas Disciplinas uma legitimidade singular, pois ao mesmo tempo em que deixam claro os saberes peculiares a que cada uma se propõe a ensinar, também assumem significativa responsabilidade pela formação do aluno, justificando com argumentos plausíveis a real necessidade desses conhecimentos para a

formação do cidadão. Além disso, com uma proposta curricular devidamente sistematizada, cada Disciplina pode responder a uma questão, que a meu ver parece ser imprescindível ser respondida para que a mesma seja verdadeiramente identificada como componente curricular, qual seja: o que se espera que o aluno saia sabendo no final de cada ciclo ou série?

Evidentemente que podemos não concordar com esta ou aquela resposta, de uma ou de outra disciplina. Porém, sem entrar no mérito do que está certo ou errado em cada disciplina, não podemos negar que ao verificarmos os seus planejamentos, podemos identificar claramente o que o aluno deverá aprender em cada ciclo ou série de sua escolaridade. Dessa forma, tanto a Disciplina como o seu Professor ganham maior legitimidade dentro do contexto escolar, pois fica transparente nas diversas etapas do ensino, a responsabilidade de cada área na formação do aluno.

E na Educação Física, o que o aluno deverá aprender em cada fase de sua escolaridade? Esta é uma questão desafiadora. Sem dúvida, o caminho para a Legitimação da Educação Física como componente curricular está diretamente relacionado à resposta que pudermos dar a esta questão. Por isso não podemos nos contentar com uma resposta simples, pois temos que buscar um saber escolar que seja peculiar e legítimo da Educação Física e que possa ser devidamente justificado como significativo e relevante para a formação do aluno. Nesse sentido, não basta apenas identificarmos um saber escolar para o currículo da Educação Física escolar, temos também que sistematizar esse currículo, dimensionando sobre cada conteúdo, um padrão mínimo de conhecimento a ser alcançado pelo aluno nas diversas etapas de sua escolaridade.

Objetivando a construção de uma proposta curricular para a Educação Física, enquanto área de conhecimento, um grupo de professores pesquisadores, coordenados pela Professora, Doutora Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma, desenvolve um trabalho no sentido de definir um currículo escolar sistematizado para a Disciplina. Para isso, defendem que a Educação Física deve assumir o seu papel de componente curricular e comprometer-se, ao lado das demais

disciplinas, com o processo de ensino para a formação do aluno.

Ao considerar a Educação Física como matéria do currículo escolar, entendemos que ela não pode ter tarefas diferentes dos demais componentes do contexto, muito embora apresente particularidades (saberes) que são próprias da área. Portanto ela deve ser considerada como uma matéria escolar que objetiva o ensino de conhecimentos, sendo o movimento culturalmente construído seu referencial primário (PALMA, 2008, p. 31)

Na Educação Física, de uma maneira geral, os professores têm muita dificuldade em sistematizar os conteúdos em seus planejamentos. Essa dificuldade ainda é maior quando se busca um planejamento coletivo, ou quando se busca articular esse planejamento com o Projeto Político Pedagógico da Instituição. Mesmo tendo um objeto de estudo definido, no caso a Cultura Corporal, ainda não se consegue argumentação plausível para um consenso do que ensinar dessa Cultura Corporal, de quando ensinar, e para que ensinar em cada uma das séries. Dessa forma, tudo fica a critério de cada professor, que, desde que faça referência à Cultura Corporal, pode planejar o que bem entender para as suas aulas. Nessa mesma linha de dúvidas, ainda há dificuldades com relação à função a que se propõe a Educação Física escolar, se deve atender ao desporto, à linha desenvolvimentista que considera os níveis de desenvolvimento e complexidade das ações motoras, à vertente da cultura corporal, à promoção da saúde, à motricidade humana, ou a alguma outra vertente epistemológica. Isso tudo acaba por gerar dúvidas e desencadear um ensino desarticulado e sem uma seqüência pedagógica coerente. É neste momento que se evidencia ainda mais o individualismo de cada professor, pois na ausência de uma proposta curricular para a Educação Física Escolar, que defina um saber legítimo e peculiar, que seja relevante e significativo para a formação do aluno, tudo o que se fizer passa a estar certo. E é aí que se fortalece o comodismo daqueles professores, que respaldados pelo argumento de uma exacerbada autonomia, legitimam as suas aulas na teoria de que tudo o que se fizer está correto.

Esse exacerbado individualismo dos professores de Educação Física na elaboração e execução de seus planejamentos, desconsiderando a importância do coletivo para contextualizar e articular um processo de ensino verdadeiramente

comprometido com a formação integral do aluno, pode ser claramente observado quando há uma substituição do professor durante o transcurso do ano letivo. A primeira atitude de um professor de Matemática, Português, Biologia ou qualquer outra disciplina faz quando é convidado para substituir um colega durante um determinado período do ano letivo, é verificar a situação atual do processo de ensino, em que ponto do planejamento se está, o que já foi trabalhado e o que se deve ensinar na seqüência das aulas. O que se observa é uma grande preocupação em respeitar e dar seqüência àquilo que foi planejado. Até mesmo a metodologia de trabalho a ser empregada muitas vezes é discutida e acordada, pois mudanças bruscas exageradas podem afetar negativamente no processo de ensino. Isso já não ocorre quando um professor de Educação Física é substituído. Nesse caso, o professor substituto nem ao menos se preocupa se existe um planejamento, vai direto à Turma que substituirá, muitas vezes nem sabe o nome do professor que está substituindo. Com alguns questionamentos faz um rápido diagnóstico da situação, em geral, constata como que o professor que saiu vinha conduzindo suas aulas, de quais atividades os alunos mais gostam e quais menos gostam, etc. E, para finalizar, expõe como serão desenvolvidas as aulas no período em que ele estiver à frente dos trabalhos. Isso demonstra a total falta de comprometimento da Disciplina de Educação Física para com o processo de formação do aluno, pois além daquilo que foi planejado já ter sido feito à mercê de uma prioridade individual e descontextualizado de todo o processo de ensino, ainda não é seguido no desenvolvimento das aulas. Evidentemente que deve haver exceções. Mas assim como nos meus mais de vinte anos de atuação na escola pública, não pude presenciar nenhum, devem ser casos raríssimos e por isso não chagam a influenciar uma tendência no quadro geral da área.

Sistematizar os conteúdos, definindo e dimensionando os recortes que a Educação Física deve buscar na Cultura Corporal para que seja ensinado em suas aulas, como um saber escolar legítimo e peculiar de sua área, parece ser o grande desafio a ser desvendado para a legitimação e afirmação da mesma como componente curricular da educação básica. Porém, esse desafio tem, na sua essência, uma grande complexidade, e por isso, não se trata de um problema

simples ou de fácil resolução. Do mesmo modo como as novas propostas pedagógicas sempre tiveram grandes dificuldades para serem implantadas no cotidiano da Educação Física, a sistematização de seus conteúdos, com as devidas definições do que deve ser ensinado, quando deve ser ensinado e principalmente, quanto de cada assunto deve ser ensinado, também terão iguais ou até maiores dificuldades para serem adotadas pelos professores em suas praticas. Com certeza serão muitas as barreiras a serem vencidas, serão muitos entraves e encaixos, até que se chegue a um consenso sobre um saber escolar que seja significativo para a formação do aluno e que realmente seja relevante ensinar nas aulas de Educação Física escolar.

A complexidade do problema da sistematização dos conteúdos de Educação Física a serem desenvolvidos ao longo de toda a educação básica é dimensionada pela influência de diversos fatores, dentre eles, pode-se destacar: a exacerbada abertura dada pelas orientações curriculares com referência aos conteúdos a serem trabalhados nas aulas; a bagagem cultural trazidas pelos alunos; a formação dos professores muito distante da realidade e do cotidiano do “chão” da escola; a falta de contextualização e de articulação dos planejamentos; o exacerbado individualismo dos professores na elaboração e na execução de seus planejamentos, levando ao aluno, um saber fragmentado, descontextualizado e sem muito sentido para a sua formação e as exigências do sistema, representado pela direção das escolas, que almejando divulgar uma boa imagem de sua instituição, muitas vezes exageram no direcionamento de um currículo para a Educação Física voltado para práticas esportivas que atendam as suas necessidades.

Como podemos perceber, o quadro referente à organização curricular da Educação Física escolar é assustador. O que hoje se observa nas escolas, com raríssimas exceções, é uma Educação Física sendo trabalhada sem nenhum compromisso com o processo de ensino e formação dos alunos, desarticulada do Projeto Político Pedagógico e com os seus conteúdos sendo desenvolvidos sem uma seqüência pedagógica, que venha a realçar e dimensionar a importância da assimilação de cada saber escolar nas várias etapas da aprendizagem por que

passa o aluno.

Dessa forma, se desejamos ter uma Educação Física mais comprometida com a formação do aluno, precisamos reorganizar e sistematizar para a mesma, uma proposta curricular que, além de contemplar um saber legítimo e peculiar da área, seja também, significativo e relevante para a formação dos alunos.

PROPOSTAS E DIRECIONAMENTOS PARA A BUSCA DA LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Bem mais difícil do que levantar os problemas e descrever o complexo quadro de desordem curricular que se encontra a Educação Física escolar é apontar caminhos e propostas para possíveis soluções dessa problemática. São inúmeros os entraves que contribuem para dificultar a definição e a sistematização de um saber escolar peculiar e legítimo para a Educação Física. Por isso, antes de propormos caminhos que possam contribuir para a legitimação da Educação Física, devemos nos ater em alguns exemplos de casos que deverão aparecer para dificultar a implementação de tais propostas.

Como primeiro obstáculo a ser enfrentado, temos a própria aceitação de que o problema existe e que necessita de uma intervenção. São muitos os

professores que discordam que a Educação Física deva assumir um papel mais relevante como componente curricular, comprometendo-se mais ativamente com a formação do aluno. Para esses professores, A Educação Física já tem a sua legitimidade no interior da escola, pois trata-se de uma Disciplina diferente das demais e o seu “status” está justamente no fato de, ao contrário dos demais componentes curriculares, não ter um saber escolar definido para ser ensinado, ficando essa definição, comodamente a cargo de cada professor. Assumir o papel de componente curricular comprometido com o processo de ensino significa sair do comodismo, comprometer-se em ensinar um saber específico da área e ser responsável pela mudança de comportamento dos alunos. Com certeza, isso não é do interesse de muitos professores.

Convencer tais professores de que, como Componente Curricular da Educação Básica, a Educação Física já não pode mais atuar como uma ilha dentro da escola, talvez chegue a ser um tanto quanto utópico. Porém, se desejamos buscar maior legitimidade para a Disciplina, devemos insistir na tentativa de deixar claro a esses professores, com argumentos teóricos e exemplos práticos, que a Educação Física terá muito mais prestígio no contexto escolar quando abandonar a idéia de ser um componente curricular diferente e isolado dos demais, e se engajar num projeto pedagógico coletivo, assumindo maior responsabilidade sobre a formação dos alunos.

Outro obstáculo que também pode ser apontado como empecilho para os propósitos da legitimação da Educação Física escolar, trata-se da atitude de heroísmo de alguns professores frente ao problema. É comum em meio a debates sobre os problemas enfrentados pela disciplina, surgir depoimentos de atos heróicos, tipo, na minha escola esse problema não existe, porque eu faço isso ou aquilo, trabalho dessa ou daquela forma e, enfim, eu criei uma forma de atuação que me faz ser respeitado pela Direção da Escola e/ou pela Comunidade, etc. Esse tipo de depoimento caracterizado pela exacerbação do individualismo, onde sempre se enaltece o “eu”, vem justificar ainda mais a urgente necessidade de se buscar uma sistematização mais padronizada de um saber escolar mais específico e legítimo a ser ensinado pela Educação Física escolar. Pois não

podemos mais ficar na dependência de atitudes heróica isoladas de alguns professores para a solução dos problemas enfrentados pela disciplina. Não desejamos que o professor venha a ter mais prestígio na escola, por ter implantado um projeto diferenciado para a Disciplina, pois como fica essa situação caso esse professor venha a ser transferido dessa escola? Será que ele leva consigo tal projeto para a sua outra escola? E o seu substituto, como agirá ao assumir essas aulas? Será que a Direção da escola, num ato de desespero, não poderá tirar a Educação Física da grade curricular, já que somente aquele professor sabia como tratá-la? O que queremos, independentemente de qual Professor esteja atuando, de qual escola estejamos nos referindo, é que a disciplina de Educação Física, através do ensino de um saber escolar mais relevante para a formação do aluno, tenha mais prestígio e seja mais respeitada no contexto escolar. Devemos ter a clareza de que é a disciplina de Educação Física como componente curricular que deve ser legitimada e que o seu professor atuará apenas como um agente responsável pelo planejamento e pela implementação de uma proposta metodológica própria, que dê conta de transmitir aos alunos todos os conhecimentos pertinentes a um currículo já definido e sistematizado coletivamente.

Com certeza, como esses, outros obstáculos surgirão no caminho de quem se propõe a buscar maior legitimação para a Educação Física escolar. Afinal de contas, são várias as peculiaridades da área de onde podem surgir contra pontos para interferir na sua legitimação. Ter clareza disso faz com que mantenhamos os “pés no chão” e não flutuemos em projetos pedagógicos mirabolantes e utópicos quando nos propomos a indicar possíveis soluções para o problema.

Diante desse contexto, Já que estamos nos referindo à escola pública do Estado do Paraná, o ideal seria que tivéssemos, assim como já possuem as demais Disciplinas da grade curricular, um currículo básico sistematizado de Educação Física para todo o Estado. Não me refiro aqui, tão somente à definição do objeto de estudo e à relação de conteúdos estruturantes e até mesmo de conteúdos básicos a serem desenvolvidos, pois isso tudo já temos contemplado nas Diretrizes Curriculares da Educação Física Estadual. Estou referindo-me na

necessidade de se fazer os recortes necessários sobre o que especificamente se deve estudar desses conteúdos relacionados. O que deve ser definido numa sistematização mais específica é o que desses conteúdos se deve ensinar para cada série ou ciclo, determinar a amplitude e a profundidade de cada conteúdo que o aluno deverá saber nas várias etapas de sua escolaridade. Essas definições não podem ser feitas aleatoriamente, conforme a vontade e a decisão pessoal de um professor ou de um grupo isolado de professores. São decisões que devem ser precedidas de estudos mais aprofundados sobre os diversos aspectos que poderão influenciar no processo de ensino, tais como, realidade estrutural da instituição, Projeto Político Pedagógico, perfil da clientela de alunos a ser atendida, formação e linha pedagógica dos Professores da instituição. Ao serem consideradas tais peculiaridades de cada instituição, estamos afirmando o nosso posicionamento quanto à impossibilidade de se sistematizar um mesmo currículo para todo o Estado, pois a necessidade de se fazer uma sistematização adequada ao Projeto Político Pedagógico e às reais necessidades de cada instituição faz com que tenhamos que vir “de baixo para cima”, ou seja, primeiramente vamos organizar e sistematizar o currículo de Educação Física de cada escola, em seguida, analisemos que organização curricular se pode sistematizar em comum nas escolas de uma região ou Núcleo Regional, e assim, no futuro, poderemos ter, não somente a teoria de um currículo mais estruturado para a Educação Física, mas sim, a prática de uma Educação Física mais estruturada no contexto escolar.

É nesse sentido, não de imaginar a escola como uma ilha, com propostas e encaminhamentos pedagógicos isolados e descontextualizados de qualquer sistema, mas sim, de entender que devemos adequar os encaminhamentos propostos pelas Diretrizes Curriculares da Educação Física do Estado do Paraná às reais necessidades de cada Projeto Político Pedagógico, respeitando as peculiaridades de cada instituição, que propomos a reorganização sistematizada, adequada e estimulada dos conteúdos da Educação Física de 5ª a 8ª séries do Colégio Estadual São Cristóvão e a criação de um espaço/evento, onde os alunos possam socializar as suas habilidades trabalhadas e desenvolvidas nas aulas de

educação física.

A proposta curricular que pretendemos sistematizar e implementar deverá estar atrelada à proposta pedagógica do Projeto Político Pedagógico do Colégio, respeitar as suas diversas peculiaridades estruturais e ser elaborada com base nas Diretrizes Curriculares da Educação Física do Estado do Paraná. Para tanto, um estudo preliminar deverá diagnosticar, analisar e considerar todos os fatores que poderão interferir no processo de ensino e no cotidiano das aulas de Educação Física da referida instituição.

Quanto à criação de um espaço/evento onde os alunos poderão socializar as suas habilidades trabalhadas e desenvolvidas nas aulas de Educação Física, deve ser salientado não se tratar apenas de um simples adendo descontextualizado do currículo e sem maiores propósitos para a formação do aluno. Trata-se, na verdade, de um elemento essencial para o sucesso da proposta de reorganização e sistematização curricular.

Para justificar a necessidade de se vincular ao projeto a criação de um espaço/evento para a socialização do aprendizado, temos que nos reportar às dificuldades que os acadêmicos e estudiosos da área estão encontrando para a implantação das novas propostas pedagógicas na práxis do cotidiano da Educação Física. No meu entender, essa dificuldade de transformar as novas propostas teóricas em efetiva mudança no cotidiano das aulas, já levantada por (CAPARROZ, 2001), somente será superada se atrelarmos às novas propostas de mudança, um elemento de grande motivação. Assim, entendemos ser essencial a criação de um evento para a socialização, pois o mesmo se configurará como um grande instrumento de motivação na implementação da nova proposta.

Nesse sentido, entendemos que a motivação para o engajamento de alunos e professores, passa a ser instrumento essencial para o desencadeamento das mudanças desejadas. Não basta apenas elaborarmos novas propostas para a área, temos que viabilizar a sua implementação através de instrumentos que de

fato possam efetivar e sua concreta implantação no cotidiano escolar. Pois diante do “novo”, geralmente a primeira reação de alunos e professores é a de negação. De imediato vêm os questionamentos, porque isso? Para que deixar de fazer como estamos fazendo, para fazer dessa outra forma? Para que inventar? No fundo o que se pretende é não aderir às mudanças e justificar a permanência no confortável comodismo.

Dessa forma, além da socialização, O referido espaço/evento traz na sua essência um objetivo oculto que transcende em muito a sua simples aparência de um espaço onde apenas será proporcionada a socialização de habilidades, qual seja, o de motivar alunos e professores para o engajamento e o comprometimento com as novas propostas. Para o sucesso dessas novas propostas é essencial que, tanto os alunos como os professores que estarão diretamente envolvidos, estejam bastante motivados, pois quero crer que nenhum projeto de mudança nesse sentido terá sucesso se não priorizar o elemento motivação na sua implementação.

Como obrigação instituída, o aluno pode até executar uma atividade proposta, assim como copia uma matéria, faz a leitura de um texto, responde a questionamentos. Porém, se não estiver devidamente motivado para executar tal atividade, com certeza os resultados dessa execução não serão satisfatórios, podendo inclusive, serem maléficos para a sua saúde corporal. Basta imaginar alguém correndo sem querer correr, saltando sem querer saltar, fazendo rolamentos sem querer fazer ou participando de um jogo sem querer jogar. Para toda e qualquer atividade a ser proposta ao aluno, a primeira preocupação deve ser sempre a despertar no mesmo a motivação em querer fazê-la. Se possível fazê-la com prazer. “Aprendizagem e motivação combinam multiplicativamente para determinar o rendimento. O rendimento ocorre somente quando há o envolvimento da aprendizagem e da motivação em algum grau”. (KOBAL, 1996, p. 33).

Quanto aos professores, a motivação para com uma proposta desta natureza torna-se um elemento de extrema importância. Os professores deverão

estar totalmente motivados e comprometidos com as novas propostas, caso contrário os resultados de sua implementação estarão totalmente comprometidos. É aqui que se oculta o grande propósito do espaço/evento. Devemos atrelar os objetivos de aprendizagem dos vários conteúdos contemplados no currículo sistematizado para a Educação Física a uma socialização dos mesmos. Como muitos conteúdos propostos para a Educação Física não agregam motivação pelo fato de não terem uma clara e relevante utilidade na vida futura dos alunos, a formatação de um evento onde os mesmos poderão por em prática todos os saberes e habilidades adquiridos e desenvolvidos através de atividades oriundas desses conteúdos traduz-se num elemento de grande motivação para o processo. Dessa forma os professores envolvidos serão motivados a comprometerem-se com as novas propostas pois terão, nesse espaço/evento, uma vitrine, onde os resultados de seus trabalhos serão expostos. Além disso, com o passar do tempo, os próprios alunos deverão cobrar dos professores que se cumpram mais integralmente as atividades previstas na proposta curricular, já que os mesmos terão o compromisso de demonstrar, no evento de socialização, os resultados do que estão aprendendo e vivenciando nas aulas de Educação Física.

Diante de toda essa expectativa em torno de que o referido evento pode e deve trazer toda a motivação necessária para a implementação da reorganização e sistematização do currículo de Educação Física, a sua formatação deve merecer uma preocupação toda especial. Deve tratar-se de um espaço onde o aluno possa socializar prazerosamente todas as habilidades vivenciadas e desenvolvidas nas aulas de Educação Física. Deve ser um evento de caráter lúdico, que favoreça e oportunize a participação de todos os alunos, contemplando iguais oportunidades de sucesso aos mesmos e que valorize o talento individual para o sucesso do coletivo.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA NOVA PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A intervenção pedagógica que propõe a reorganização e a sistematização curricular da Educação Física do Colégio Estadual São Cristóvão de União da Vitória, Pr, será implementada através de uma pesquisa-ação, qualitativa e etnográfica, com o propósito de diagnosticar a situação atual da Educação Física do referido colégio, reorganizá-la, através da sistematização adequada de seus conteúdos e fomentar a sua motivação através da criação de um espaço/evento que venha a favorecer a socialização dos alunos. Para isso, serão desencadeadas as seguintes ações:

a) Promover um esclarecimento aos alunos de 5ª a 8ª Séries, sobre a importância da disciplina de Educação Física no processo educacional e no contexto do Projeto Político Pedagógico do Colégio, deixando claro que, como componente curricular obrigatório da educação básica, a mesma deve ter igual parcela de responsabilidade que as demais Disciplinas na formação dos alunos.

b) Desenvolver, através de questionário específico, uma pesquisa de campo para diagnosticar o posicionamento da população-alvo (alunos e professores de 5ª a 8ª séries do Colégio Estadual São Cristóvão), com relação à Educação Física que está sendo desenvolvida atualmente, sinalizando os pontos carentes de intervenções.

c) Com base nos dados fornecidos pela pesquisa, nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná e no Projeto Político Pedagógico do Colégio, elaborar, juntamente com os professores de Educação Física e equipe pedagógica do Colégio, uma proposta de mudança que contemple a reorganização curricular a sistematização adequada e motivada de seus conteúdos, fazendo um recorte da cultura corporal que de fato seja relevante para

a formação de nossos alunos, e que deva ser institucionalizado como conteúdo obrigatório a ser trabalhado nas aulas de Educação Física.

d) Sistematizar no ciclo de 5^a a 8^a séries, os conteúdos que o coletivo definiu como relevantes para serem trabalhados nas aulas de educação física, seguindo o princípio da espiralidade, ou seja, a complexabilidade das atividades deve aumentar conforme o grau de escolaridade do aluno.

e) Formatar um evento de caráter lúdico, que propicie um espaço de socialização, onde os alunos possam experimentar todas as atividades trabalhadas nas aulas de educação física.

f) Propor a inserção no plano anual de trabalho dos professores de Educação Física, das referidas séries, a socialização de atividades desenvolvidas nas aulas. Tais atividades serão previamente selecionadas e estarão vinculadas aos conteúdos de cada série.

g) Promover reuniões periódicas com a equipe pedagógica e com os Professores envolvidos para avaliar a o desenvolvimento dos trabalhos.

h) Acompanhar diretamente a implementação do projeto, dando a todos os envolvidos, subsídios necessários para a facilitação do desenvolvimento de todas as atividades propostas.

i) Após o acompanhamento longitudinal de todo o ano letivo de 2009, desenvolver, através de questionário específico, uma segunda pesquisa de campo, esta, para se diagnosticar os posicionamentos da população-alvo (alunos e professores de 5^a a 8^a séries do Colégio Estadual São Cristóvão), com relação às mudanças inseridas na educação física, sinalizando os pontos positivos e negativos das mudanças implementadas.

j) Em conjunto com os professores da disciplina e equipe pedagógica, fazer uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos, redimensionando a proposta, confrontando a realidade anterior com a atual e analisando até que ponto essa

ação contribui para a motivação, relevância e legitimidade da Educação Física como componente curricular no Colégio Estadual São Cristóvão.

k) Elaborar um relatório das ações desenvolvidas, sugerindo ou não a aplicabilidade dessa proposta de trabalho nas demais séries ou em anos-letivos subsequentes.

CONCLUSÃO

Devido à grande complexidade da problemática da legitimação da Educação Física Escolar, não podemos ter a pretensão de solucionar o problema apenas levantando alguns pontos para reflexão e sugerindo uma humilde proposta de intervenção. Porém, apostando em estratégias inovadoras e principalmente no elemento motivação, imaginamos que pelo menos possamos alertar os professores para a gravidade do problema e apontar caminhos para possíveis soluções.

Ao analisar os melhores caminhos para se buscar uma maior legitimação para a Educação Física Escolar, percebe-se que o mais viável é começar por cada escola, considerando todas as peculiaridades e respeitando os propósitos de cada Projeto Político Pedagógico.

Diante disso e fundado nos trabalhos de Valter Bracht, Coletivo de Autores, João Paulo Medina, Francisco Eduardo Caparroz e de Suray Cristina Darido e amparado pela Diretrizes Curriculares de Educação Física do Paraná, pretendo contribuir para a legitimação da Educação Física escolar, desenvolvendo um trabalho de reorganização sistematizada, adequada e estimulada de seus conteúdos de 5ª a 8ª séries do Colégio Estadual São Cristóvão e da criação de um espaço/evento onde os alunos possam socializar as suas habilidades trabalhadas e desenvolvidas nas aulas de educação física.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a Educação Física na Escola e a Educação Física da Escola**. Campinas: Autores Associados, 3ª Edição, 2007.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação**. São Paulo: Cortes, 1993.
- KOBAL, Marília Corrêa. **Motivação Intrínseca e Extrínseca nas Aulas de Educação Física**. Dissertação Mestrado, UNICAMP, Campinas, 1996.

- OLIVEIRA E SILVA, Rita de Cassia. **Formação Multicultural de Professores de Educação Física: entre o Possível e o Real**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares de Educação Física para a Educação Básica** Curitiba: SEED, 2008.
- PALMA, Ângela P. T. V. (Coordenadora) . **Educação Física e a Organização Curricular**. Londrina, EDUEL, 2008.